

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: POLÍTICAS, FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN PUBLIC EDUCATION: POLICIES, TEACHER TRAINING, AND TEACHING PRACTICES IN THE RELATIONSHIPS BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE SECTORS

Regina Amancio Peters Soares, Vanessa Trancoso, Adriana Carla Moreira da Silva Holz, Gabriel Jarske

Resumo: A inserção da Inteligência Artificial (IA) na educação pública tem ampliado as discussões sobre formação docente, práticas pedagógicas e as relações estabelecidas entre o público e o privado no campo educacional. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as potencialidades da utilização da Inteligência Artificial na escola pública, considerando suas implicações políticas, econômicas, pedagógicas e sociais. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em uma abordagem crítico-reflexiva. O estudo dialoga com autores como Adrião, Saviani, Peroni e Selwyn, buscando compreender como a expansão das tecnologias digitais, das plataformas educacionais e dos sistemas baseados em dados influencia a organização escolar, o trabalho docente e os processos de ensino e aprendizagem. Os resultados da análise evidenciam que a IA apresenta possibilidades relevantes para o planejamento pedagógico, a produção de materiais e a diversificação das estratégias educativas, mas também envolve desafios relacionados à autonomia docente, à datificação, à privacidade dos dados e à participação de agentes privados nas políticas educacionais. Conclui-se que a integração da IA na educação pública requer formação continuada dos professores, políticas educacionais democráticas e uma apropriação crítica das tecnologias, de modo a preservar a centralidade docente e fortalecer a função social da escola pública.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Formação docente. Tecnologias digitais. Privatização educacional. Escola pública.

Abstract: The introduction of Artificial Intelligence (AI) in public education has expanded discussions about teacher training, teaching practices, and the relationships established between the public and private sectors in the educational field. This article aims to analyze the challenges and potential of using

Artificial Intelligence in public schools, considering its political, economic, pedagogical, and social implications. Methodologically, it is characterized as a qualitative study, of a bibliographic and documentary nature, based on a critical-reflective approach. The study engages with authors such as Adrião, Saviani, Peroni, and Selwyn, seeking to understand how the expansion of digital technologies, educational platforms, and data-driven systems influences school organization, teacher work, and teaching and learning processes. The results of the analysis show that AI presents significant possibilities for pedagogical planning, material production, and the diversification of educational strategies also comes with challenges related to teacher autonomy, datafication, data privacy, and the involvement of private players in educational policies. It concludes that integrating AI into public education requires ongoing teacher training, democratic education policies, and a critical approach to technologies, in order to preserve the central role of teachers and strengthen the social function of public schools.

Keywords: Artificial Intelligence. Teacher training. Digital technologies. Educational privatization. Public school.

1 INTRODUÇÃO

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) na educação tem se intensificado nos últimos anos, acompanhando o avanço das tecnologias digitais e a expansão de plataformas, sistemas automatizados e ferramentas baseadas em algoritmos nos diferentes espaços sociais. No campo educacional, esse movimento tem produzido novas possibilidades para o planejamento pedagógico, elaboração de materiais, organização de informações e desenvolvimento de estratégias de ensino. Entretanto, a presença da IA nas escolas, especialmente na educação pública, ultrapassa a dimensão técnica, envolvendo questões políticas, econômicas, éticas e pedagógicas

que interferem na organização escolar, no trabalho docente e nas formas de produção do conhecimento.

A expansão dessas tecnologias ocorre, em grande medida, por meio de plataformas digitais desenvolvidas e controladas por grandes empresas do setor tecnológico, denominadas frequentemente como grandes corporações de tecnologia. Esse cenário evidencia que a inserção da IA na educação não constitui um processo neutro, mas está relacionado a interesses, modelos de negócios e formas específicas de compreender o papel da tecnologia nos processos educativos. Assim, torna-se necessário analisar criticamente como essas ferramentas são incorporadas às redes públicas de ensino e quais impactos produzem sobre a autonomia docente, a gestão escolar e as políticas educacionais.

Nessa perspectiva, Selwyn (2019) destaca que as tecnologias digitais não são neutras, pois carregam valores, interesses e relações de poder que influenciam suas formas de utilização e seus efeitos sociais. No contexto educacional, essa compreensão é fundamental para analisar a IA para além do discurso da inovação, considerando também suas implicações sobre as práticas pedagógicas, a formação dos professores e os processos decisórios das instituições escolares.

A discussão sobre a presença de agentes privados na educação pública amplia esse

debate. Conforme Adrião (2022), os processos de privatização da educação básica não se limitam à transferência da oferta educacional para instituições privadas, mas envolvem mecanismos de participação do setor privado na formulação de políticas, gestão, currículo e produção de materiais e serviços educacionais. Dessa forma, a incorporação de plataformas digitais e soluções de Inteligência Artificial nas redes públicas de ensino insere-se em um contexto de disputas entre diferentes projetos de educação, envolvendo concepções distintas sobre qualidade, autonomia e finalidade social da escola.

Nesse cenário, a formação docente assume papel central, pois a utilização da IA na educação exige professores capazes de compreender criticamente suas possibilidades, limitações e implicações éticas. Mais do que dominar ferramentas tecnológicas, os docentes precisam desenvolver conhecimentos que permitam avaliar como essas tecnologias podem contribuir para os processos de ensino e aprendizagem, preservando a mediação pedagógica e a autonomia profissional.

Diante dessas discussões, emerge a questão central deste estudo: **de que maneira o uso da Inteligência Artificial influencia a formação e as práticas docentes na escola pública diante das disputas entre o público e o privado?**

Assim, este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as potencialidades da Inteligência Artificial para a formação e as práticas docentes na escola pública, considerando as tensões entre a democratização da educação pública e o avanço dos processos de privatização educacional.

O estudo dialoga com as contribuições teóricas de Theresa Adrião, Dermeval Saviani, Neil Selwyn, Peroni e Evangelista, buscando compreender as relações entre Inteligência Artificial, políticas educacionais, formação docente, defesa da escola pública e os impactos das tecnologias digitais no trabalho dos professores.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentado na análise crítica das relações estabelecidas entre Inteligência Artificial, formação docente, práticas pedagógicas e as disputas entre os setores público e privado no campo educacional.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão dos fenômenos educacionais em sua complexidade histórica, política e social, considerando que a inserção das tecnologias digitais na escola pública não se restringe aos aspectos técnicos, mas envolve concepções de

educação, trabalho docente, políticas públicas e interesses econômicos.

O percurso metodológico foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, tendo como base autores que discutem a relação entre educação pública, privatização, tecnologias digitais e formação de professores, destacando-se as contribuições de Adrião (2022), Saviani (2008), Peroni (2018) e Selwyn (2019). Esses referenciais permitiram analisar criticamente como a incorporação da Inteligência Artificial no contexto educacional se articula às transformações contemporâneas das políticas educacionais e às novas formas de participação do setor privado na escola pública.

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se análise documental de legislações, políticas educacionais e documentos institucionais relacionados à integração das tecnologias digitais na educação brasileira, buscando compreender como a IA vem sendo incorporada aos discursos e às práticas das redes de ensino. Foram considerados documentos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), documentos orientadores sobre tecnologias educacionais e discussões relacionadas à formação docente e ao uso ético das tecnologias digitais.

O processo de análise fundamentou-se em uma perspectiva crítico-reflexiva, buscando

identificar aproximações, tensões e contradições presentes na utilização da Inteligência Artificial na educação pública, especialmente no que se refere à autonomia docente, à democratização do conhecimento, à proteção de dados, à participação de empresas privadas e à função social da escola. Dessa forma, a pesquisa não pretende avaliar a IA apenas como ferramenta tecnológica, mas compreender suas implicações políticas e pedagógicas, analisando os desafios e as possibilidades de sua utilização no fortalecimento de práticas educativas comprometidas com os princípios da educação pública democrática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental realizada evidenciou que a expansão da Inteligência Artificial (IA) na educação pública brasileira está inserida em um contexto mais amplo de transformação das políticas educacionais e de reconfiguração das relações entre o público e o privado. Os estudos analisados indicam que a incorporação de plataformas digitais, sistemas inteligentes e tecnologias educacionais não representa apenas a inserção de novos recursos didáticos, mas envolve mudanças nas formas de organização escolar, produção de conhecimento, definição de políticas e desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a IA passa a ocupar um lugar

estratégico nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente devido à crescente presença de plataformas digitais e serviços tecnológicos desenvolvidos por empresas privadas nas redes públicas de ensino. Conforme Adrião (2022), os processos de privatização da educação básica não se restringem à transferência da oferta educacional para instituições privadas, mas abrangem também formas de participação do setor privado na gestão, nos currículos, nas políticas públicas e nos processos decisórios da educação. Assim, a adoção de soluções tecnológicas produzidas por organizações privadas precisa ser analisada considerando suas implicações para a autonomia das redes de ensino e dos profissionais da educação.

A análise evidenciou ainda que a IA não deve ser compreendida apenas como inovação tecnológica, mas como parte de um processo marcado pela produção, coleta e circulação de dados educacionais. Nesse contexto, Evangelista (2026) destaca que a expansão da datificação amplia possibilidades de monitoramento, classificação e tomada de decisões mediadas por algoritmos, trazendo desafios relacionados à transparência, privacidade, regulação e responsabilidade ética no uso dessas tecnologias. Embora suas reflexões não estejam restritas ao campo educacional, contribuem para compreender os impactos da presença de sistemas inteligentes na organização das práticas escolares.

Essa discussão aproxima-se das contribuições de Peroni (2018), ao evidenciar que a participação do setor privado na educação pública influencia não apenas a oferta de produtos e serviços, mas também a formulação das políticas, dos currículos e das concepções que orientam o trabalho educativo. Dessa forma, a inserção da IA nas escolas públicas pode ser compreendida como expressão contemporânea dessas disputas, uma vez que muitas ferramentas digitais chegam às redes de ensino por meio de contratos, plataformas e serviços ofertados por grandes empresas de tecnologia.

Ao mesmo tempo, os resultados da análise indicam que o debate sobre Inteligência Artificial na educação pública não pode ser reduzido à oposição entre aceitar ou rejeitar a tecnologia. A questão central está nas condições políticas, pedagógicas e éticas que orientam sua utilização. Conforme Saviani (2008), a escola possui como função social possibilitar o acesso ao conhecimento sistematizado e promover a formação crítica dos sujeitos. Nesse sentido, qualquer recurso tecnológico incorporado ao ambiente escolar deve estar articulado a esse compromisso, fortalecendo os processos educativos e não substituindo a mediação docente.

Sob essa perspectiva, a democratização da educação envolve não apenas o acesso às tecnologias, mas também investimentos em infraestrutura, valorização profissional,

formação continuada e garantia da participação dos sujeitos escolares nas decisões educacionais. A incorporação da IA sem reflexão crítica pode ampliar desigualdades e limitar a autonomia pedagógica quando conduzida prioritariamente por interesses externos à escola. Como destaca Selwyn (2019), as tecnologias digitais não são neutras, pois carregam valores, interesses e determinadas concepções de educação que influenciam suas formas de utilização.

No campo da formação docente, a análise demonstra que um dos principais desafios está na construção de processos formativos que ultrapassem o domínio técnico das ferramentas digitais. Os professores precisam desenvolver conhecimentos que permitam compreender o funcionamento, os limites e as implicações sociais dos sistemas de IA tornando-se sujeitos capazes de avaliar criticamente sua utilização em diferentes contextos educativos. A formação continuada, portanto, constitui elemento fundamental para garantir que a tecnologia seja apropriada como instrumento pedagógico, mantendo a centralidade do professor no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, ferramentas de IA generativa, como ChatGPT, Gemini e Copilot, representam novas possibilidades para o planejamento pedagógico, elaboração de materiais, organização de informações e

criação de estratégias diferenciadas de ensino. Entretanto, seu uso envolve questões relacionadas à autoria, dependência tecnológica, proteção de dados e necessidade de mediação crítica. Assim, tais ferramentas devem ser compreendidas como recursos complementares ao trabalho docente, e não como substitutas da ação pedagógica.

Portanto, os resultados da pesquisa indicam que a Inteligência Artificial apresenta potencialidades significativas para a educação pública, mas sua implementação exige políticas educacionais comprometidas com a formação docente, a gestão democrática e a defesa da escola pública como espaço de produção de conhecimento. A utilização crítica da IA depende da capacidade dos sistemas educacionais de equilibrar inovação tecnológica, autonomia pedagógica e compromisso social com uma educação democrática e inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidenciou que a inserção da Inteligência Artificial na educação pública constitui um fenômeno complexo, que ultrapassa a compreensão da tecnologia enquanto simples ferramenta pedagógica. Sua presença nas escolas envolve dimensões políticas, econômicas, sociais e educacionais, relacionadas às formas de organização do ensino, à formação dos professores, à

autonomia profissional docente e às disputas em torno dos sentidos atribuídos à educação pública na contemporaneidade.

A partir da questão que orientou esta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira o uso da Inteligência Artificial influencia a formação e as práticas docentes diante das relações estabelecidas entre o público e o privado. Nesse sentido, verificou-se que a IA apresenta possibilidades relevantes para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, contribuindo para o planejamento docente, elaboração de materiais didáticos, personalização de estratégias de ensino e ampliação das possibilidades de acesso a diferentes recursos educacionais. Entretanto, sua incorporação não pode ser analisada apenas pelo viés da inovação tecnológica, pois envolve interesses, modelos de gestão e formas de produção e circulação de dados que precisam ser problematizadas.

Os referenciais teóricos utilizados, especialmente as contribuições de Adrião (2022), Saviani (2008), Peroni (2018) e Selwyn (2019), possibilitaram compreender que as tecnologias educacionais estão inseridas em um contexto mais amplo de transformação das políticas públicas e de aproximação entre interesses públicos e privados. A expansão de plataformas digitais, sistemas inteligentes e serviços tecnológicos desenvolvidos por empresas privadas evidencia novos desafios

para a escola pública, principalmente no que se refere à autonomia pedagógica, à transparência dos processos mediados por algoritmos e à garantia de que as decisões educacionais permaneçam vinculadas às finalidades sociais da educação.

Nesse cenário, a formação docente assume papel fundamental. A utilização crítica da Inteligência Artificial depende não apenas do acesso aos recursos tecnológicos, mas da construção de conhecimentos que possibilitem aos professores compreender seus limites, potencialidades e implicações éticas. A formação continuada precisa considerar os docentes como sujeitos produtores de conhecimento, capazes de analisar, selecionar e ressignificar as tecnologias de acordo com os objetivos educativos e com as necessidades dos estudantes.

Além disso, a pesquisa evidencia que a discussão sobre IA na educação pública deve estar articulada ao debate sobre democratização do ensino. A garantia de uma educação de qualidade social não se limita à disponibilização de ferramentas digitais, mas envolve investimentos em infraestrutura, valorização profissional, condições adequadas de trabalho, participação da comunidade escolar e fortalecimento da gestão democrática. Dessa forma, a tecnologia deve ser compreendida como meio para potencializar processos educativos, e não

como substituta da mediação humana, do conhecimento pedagógico e da relação construída entre professores e estudantes.

Portanto, os desafios relacionados à Inteligência Artificial na educação pública não estão apenas relacionados ao domínio técnico dessas ferramentas, mas à capacidade de construir políticas educacionais que assegurem seu uso ético, crítico e comprometido com os princípios democráticos. A centralidade do professor permanece indispensável, uma vez que é por meio da mediação docente que os recursos tecnológicos podem adquirir sentido pedagógico e contribuir efetivamente para a aprendizagem.

Conclui-se que a presença da Inteligência Artificial na escola pública exige uma postura de análise crítica e reflexiva, capaz de reconhecer suas contribuições, mas também de questionar os interesses envolvidos em sua expansão. Mais do que aderir ou rejeitar essas tecnologias, torna-se necessário construir caminhos que garantam sua apropriação consciente, preservando a função social da escola pública como espaço de formação humana, produção de conhecimento e promoção da cidadania.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acadêmicas sobre a relação entre tecnologia, educação e políticas públicas, estimulando novas pesquisas que investiguem como a Inteligência Artificial

vem sendo incorporada nas redes de ensino, quais impactos produz no trabalho docente e quais estratégias podem fortalecer uma integração tecnológica comprometida com a equidade, a autonomia profissional e a defesa da educação pública democrática.

SELWYN, Neil. Should robots replace teachers? AI and the future of education. Cambridge: Polity Press, 2019.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990.** Brasília, DF: Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

EVANGELISTA, Raquel Lobão. **Inteligência artificial e sociedade: fundamentos, tensões e caminhos para pesquisa.** Belo Horizonte: Fafich; Selo PPGCOM/UFGM, 2026.

PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina.** 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.